Valor ECONÔMICO
Publicado em 12/04/2022 - 05:58

Em ano eleitoral, Estados aceleram investimentos

Contas públicas Superávits de anos anteriores ajudam gasto em ano eleitoral

Investimento dos Estados sobe 115% no 1º bimestre

Marta Watanabe
De São Paulo

Os Estados iniciaram o ano eleitoral de 2022 com investimentos acelerados, mesmo com crescimento de receitas mais contido. Os investimentos no agregado de 26 Estados e do Distrito Federal somaram R$ 4,24 bilhões no primeiro bimestre do ano, um aumento de 115% reais contra o R$ 1,97 bilhão investido em igual período de 2021. Infraestrutura de transporte, saúde e educação estão entre as prioridades, segundo Estados.

O dado mostra, segundo especialistas em contas públicas, que esses gastos nos Estados devem se manter fortes após terem tomado impulso no decorrer de 2021, quando os investimentos fecharam o ano com alta real de 83,6% em relação ao ano anterior. Superávits financeiros de anos anteriores devem ajudar nisso, ainda que o fluxo de receitas já tenha mostrado desaceleração neste início de ano. Os governos estaduais fecharam o ano passado com R$ 140,2 bilhões em caixa, R$ 61 bilhões a mais que no ano anterior.

Segundo dados dos relatórios fiscais dos Estados, a arrecadação agregada do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) somou R$ 85,4 bilhões no primeiro bimestre do ano e já mostrou perda para a inflação medida pelo IPCA, com queda real de 3,2% contra igual período do ano passado. O ICMS é o principal tributo dos governos estaduais. As receitas correntes, que incluem outros tributos e as transferências da

WENDERSON ARAUJO/VALOR

Manuel Pires: desaceleração da receita é ponto de atenção para o ano que vem

União, avançaram 2% reais na mesma comparação.

Os dados de receita e despesa do primeiro bimestre foram levantados pelo **Valor** dos relatórios fiscais entregues pelos Estados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Foram utilizadas as receitas realizadas e as despesas liquidadas. Os gastos com investimentos consideraram as despesas primárias de capital. Os valores do primeiro bimestre de 2021 foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Para especialistas, ainda que a situação seja heterogênea entre os Estados, com ganhos consideráveis de arrecadação do ICMS ou de receitas específicas em alguns entes, o quadro do primeiro bimestre mostra que o avanço generalizado e acelerado de receitas do imposto que se viu durante o ano passado não teve continuidade na entrada de 2022, avalia Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre). Para ele, o quadro aponta para o fim de um período de "bonança fiscal". O crescimento de receitas correntes como um todo, diz, que no agregado ainda teve variação positiva no primeiro bimestre, deve acabar cedendo no decorrer do ano e acompanhar mais o desempenho da arrecadação tributária.

A arrecadação no decorrer do ano está carregada de incertezas, diz Ursula Dias Peres, professora da área de políticas públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP) e pesquisadora de Rede de Pesquisa Solidária. Além dos efeitos da desaceleração da economia, diz ela, as receitas estaduais deverão ainda sofrer os impactos de mudanças tributárias. Entre elas, Ursula destaca as alterações no cálculo do ICMS sobre combustíveis e o corte linear promovido pelo governo federal na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esse imposto financia o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o que deve impactar os entes que têm nas transferências constitucionais federais uma importante fonte de receita.

Marco Aurelio Cardoso, secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul, diz que a arrecadação de ICMS do início já sentiu os efeitos da desaceleração de atividade. No primeiro trimestre deste ano, diz, a arrecadação cresceu 9% nominais em relação a igual período de 2021, o que significa pequena queda real. Para ele, essa deve ser a tendência. "Não acreditamos em crescimento real de ICMS neste ano. No máximo vamos repor a inflação [na arrecadação] e provavelmente ficar um pouco abaixo."

Em Alagoas há também desaceleração na arrecadação do imposto, diz George Santoro, secretário de Fazenda do Estado. De janeiro a março a receita com o ICMS no Estado ficou 1% real acima de igual período do ano passado. Para 2022, a expectativa é de um crescimento real entre essa mesma taxa e 2%, o que, se realizado, representará grande desaceleração em relação à alta real de 10% de 2021 contra o ano anterior, um nível de crescimento "que não volta mais".

Mesmo com cenário incerto para receitas, diz Ursula, os investimentos programados para o ano devem acontecer financiados por superávits de 2020 e 2021. Em 2020, lembra, em boa parte como resultado das transferências extraordinárias da União como socorro a Estados e municípios no combate aos efeitos econômicos da pandemia e, no ano passado, em razão do comportamento surpreendente da arrecadação.

"O bônus fiscal foi grande", diz Pires. "Como a arrecadação foi bem além do que projetavam os orçamentos, no qual predominavam cenário muito mais conservador, a maior parte do Estados conseguiu fazer a arrecadação virar caixa. O resultado primário no ano passado ficou nos picos históricos." Isso ajudará muitos Estados a equilibrar os gastos deste ano, incluindo os investimentos que naturalmente crescem em ano eleitoral. "A desaceleração de receitas torna-se um ponto de atenção importante para o orçamento do próximo ano."

No Rio Grande do Sul, diz Cardoso, a expectativa é de expansão de investimentos para cerca R$ 3 bilhões em 2022, ante R$ 2,3 bilhões no ano passado. Entre as áreas que devem receber investimentos está a de infraestrutura logística, como estradas e acessos, além de educação e segurança.

Em Alagoas, onde os investimentos avançaram em 2021, o que se espera é manter as obras em ritmo acelerado neste ano. Segundo Santoro, o investimento empenhado em 2022 deve atingir R$ 3,1 bilhões neste ano. No ano passado foi de R$ 3,7 bilhões. Transportes, entrega de cem creches e dois hospitais ainda em 2022 estão entre algumas das prioridades.

Em São Paulo, a Secretaria de Fazenda diz em nota que a previsão para investimentos em 2022 é de R$ 27,1 bilhões neste ano, sendo R$ 20,5 bilhões do Tesouro e R$ 5,3 bilhões de financiamentos. Em 2021, o Estado investiu R$ 25,4 bilhões, e, em 2020, R$ 11,2 bilhões. A previsão de arrecadação de ICMS no orçamento é de R$ 191,4 bilhões e a Fazenda diz que eventuais revisões serão feitas ao longo do ano. Os combustíveis representam cerca de 11% da arrecadação de ICMS e o congelamento do preço de referência até junho e a eventual perda ainda serão mensurados. No óleo diesel, a adoção da alíquota "ad rem" (com cálculo do imposto que considera volumes, e não em preços), avalia o órgão, deve ter efeito neutro para o consumidor paulista.

"A arrecadação não terá o mesmo desempenho que se verificaria caso o ICMS continuasse a incidir sobre os preços correntes de mercado", diz a nota. Segundo a Fazenda paulista, a arrecadação ainda apresentou ganhos reais no primeiro trimestre, na comparação com igual período do ano passado. No primeiro bimestre, houve avanço real de 0,3% considerando os dados de ICMS dos relatórios fiscais, com atualização pelo IPCA.

No campo das despesas, a disparada dos investimentos no agregado dos Estados contrasta com outras categorias de gastos. As despesas de pessoal e encargos sociais caíram 0,72% em termos reais no primeiro bimestre do ano em relação a igual período do ano passado. As despesas correntes, que além de pessoal incluem também custeio, caíram 1,64%.

Esse, porém, é um quadro que pode mudar no decorrer do ano, já que ainda reflete em grande parte efeitos da Lei Complementar 173, que restringiu o reajuste a servidores até o fim de 2021, diz Ursula. Nos primeiros meses deste ano, explica, houve pressão dos servidores por reajustes, o que pode fazer diferença nessa despesa a partir dos próximos meses. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2022 os aumentos de salários reais puderam ser concedidos a servidores públicos até 5 de abril, mas reajustes abaixo da inflação têm prazo mais largo. Os aumentos, diz Ursula, podem fazer diferença na despesa de pessoal nos próximos meses e tornam-se gastos permanentes dos Estados.

Investimentos avançam

Despesa primária de capital liquidada- em R$ milhões

Estado	Jan-Fev21	Jan-Fev22
MG	57,01	991,72
BA	215,42	681,79
SP	357,79	652,76
PA	243,81	236,75
SC	94,08	221,91
ES	132,33	195,04
PR	239,75	181,31
MS	99,50	181,04
MA	81,78	113,84
PE	38,40	112,71
RJ	4,59	90,53
PI	66,73	89,93
RS	11,60	80,04
SE	38,15	64,83
AL	32,75	63,82
GO	24,02	57,67
AM	35,82	54,39
CE	78,83	48,24
PB	55,68	32,20
DF	2,95	27,76
RN	16,17	16,25
AP	5,83	11,46
AC	7,56	11,30
TO	1,39	8,76
RR	0,03	8,71
MT	31,45	7,40
RO	0,47	2,07
Total	1.973,88	4.244,26

Receitas e despesas

Total dos Estados - em R$ bilhões

Estado	Jan-Fev22	Variação (%) JanFev22/JanFev21*
Receitas correntes	189,14	2
Despesas correntes	124,2	-1,65
ICMS	88,41	-3,2
Pessoal e encargos	75,05	-0,72

Fonte: Siconfi/Tesouro e IBGE. *Considerando dados de 2021 atualizados pelo IPCA

Com alta de 56,4% até fevereiro, setor de transporte puxa aceleração

De São Paulo

Os dados de despesas por áreas mostram que o crescimento de investimentos nos Estados no início de 2022 foi puxado pela área de transportes. As despesas nessa função totalizaram R$ 2,67 bilhões no agregado dos 26 Estados e Distrito Federal no primeiro bimestre deste ano, com alta real de 56,4% em relação a igual período de 2021.

O dado do primeiro bimestre mostra tendência parecida com o que aconteceu no decorrer de 2021, quando os investimentos avançaram entre as despesas estaduais, com destaque para a função de transportes, diz Ursula Dias Peres, da Rede de Pesquisa Solidária. Dados de levantamento da entidade mostram que as despesas na função "transportes" chegaram a R$ 40,84 bilhões em 2021, com alta real de 56,7% em relação ao período pré-pandemia de 2019. Nesses valores, explica, predominaram provavelmente os investimentos em infraestrutura logística, estradas, acessos e afins.

Para Manoel Pires, a alta nessa função, que reflete o aumento dos investimentos, é uma "boa notícia" porque essa não é uma despesa obrigatória permanente, o que faz sentido num cenário de moderação de aproveitamento do bônus fiscal que os Estados tiveram.

Os relatórios fiscais do primeiro bimestre, embora ainda não apresentem tendência para o restante do ano, destacam os especialistas em contas públicas, também mostram que os gastos com saúde no primeiro bimestre somaram R$ 14,2 bilhões, com queda de 3,6% reais em relação a igual período de 2021. Nessa função, aponta Pires, há provavelmente uma base alta de comparação, já que nos primeiros dois meses do ano passado o país entrava numa intensa segunda onda de covid-19 e ainda mantinha despesas altas na saúde desencadeadas no primeiro ano da pandemia, em 2020.

Já a educação, ainda segundo os relatórios fiscais, somou R$ 17 bilhões no agregado, com avanço real de 10% nos gastos também no primeiro bimestre de 2022, em comparação interanual. Nesse caso, avalia, Pires, como não houve aumento de gastos de pessoal nesse período no conjunto dos Estados, parece que houve um esforço para recompor gastos num cenário de normalização do funcionamento das escolas, já que as aulas presenciais ao início do ano passado estavam suspensas.

Os dados de despesas por funções foram retirados dos relatórios fiscais dos Estados considerando as despesas liquidadas. Os valores do primeiro bimestre de 2021 foram atualizados pelo IPCA. *(MW)*

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2026.